

A DIÁSPORA NEGRA COMO GENOCÍDIO: BRASIL, ESTADOS UNIDOS OU UMA GEOGRAFIA SUPRANACIONAL DA MORTE E SUAS ALTERNATIVAS¹²

João Costa Vargas³

Resumo: Ao sugerir a noção de uma Diáspora Negra marcada por uma multiplicidade de processos genocidas antinegros, esse ensaio visa alcançar os seguintes objetivos: em primeiro lugar, descentralizar os Estados Unidos, deslocando seu/nosso olhar imperialista raramente consciente e nossa autocompreensão, localizando-o no cerne da Diáspora Negra; demonstrar como processos antinegros, mais facilmente associados com os assim chamados locais do Terceiro Mundo, são não somente prevalentes, mas iminentes a esse Estado-nação imperial. Em segundo lugar, o texto propõe um conceito complementar de Diáspora que, ao mesmo tempo em que se encontra atento às suas facetas performativa e, em última instância, política, também enfoca o terror racial e, mais especificamente, o genocídio antinegro como sua característica fundamental. E em terceiro lugar, reconhecendo a urgência da sobrevivência, que necessariamente implica a exigência da luta política, a perspectiva oferecida nesse ensaio está centrada no imperativo liberatório da Diáspora Negra. Se algumas das condições de possibilidade dos Estados-nação como o Brasil e os Estados Unidos repousam na possibilidade da condição negra – a impossibilidade de uma humanidade plenamente vivida e reconhecida – então quais são as opções políticas abertas aos membros da Diáspora Negra?

Palavras-Chave: Diáspora Negra, genocídio, Brasil, Estados Unidos.

THE BLACK DIASPORA AS GENOCIDE: BRAZIL, UNITED STATES, OR, A SUPRANATIONAL GEOGRAPHY OF DEATH AND ITS ALTERNATIVES

Abstract: As it suggests a notion of the Black Diaspora marked by a multiplicity of anti-Black genocidal processes, this essay aims at the following: first, to de-center the US, dislocate its/our seldom conscious imperial gaze and self-understanding, by centering it in the Black Diaspora: to show how anti-Black processes, more easily associated with so-called third world locations, are not only prevalent but immanent to this imperial nation-state. Second, it proposes a complementary concept of Diaspora that, while attentive to

1 Meus agradecimentos a Jaime Alves, com quem tenho discutido sobre muitos desses conceitos e escrito um artigo recente sobre a geografia da morte em São Paulo.

2 Texto inédito. Tradução de Guilherme Neves Pinto (E-mail: guilhermepreto@gmail.com) e Cristina Lopes (cls34@hotmail.com), sob a supervisão de Rachel Luciana de Souza: tradutora, mestre em Estudos Americanos e História pela Universidade de Maryland e doutoranda em antropologia social pela universidade do Texas em Austin. E-mail: rachellsouza@gmail.com.

3 Professor associado do Centro dos Estudos Africanos e Afro-americanos, do Departamento de Antropologia da Universidade do Texas em Austin. E-mail: costavargas@mail.utexas.edu.

its shifting, experiential, performative, and ultimately political facets, focuses on racial terror, and more specifically, anti-Black genocide as its foundational characteristic. And third, as it recognizes the urgency of survival, which necessarily implies the related requirement of political struggle, the perspective offered in this essay centers on the liberatory imperative of the Black Diaspora. If some of the conditions of possibility of nation-states such as Brazil and the United States rest on the impossibility of the Black condition – the impossibility of full citizenship, the impossibility of a fully recognized and lived humanity – then what are the political options open to members of the Black Diaspora?

Key Words: Black Diaspora; genocide; Brazil; United States

LA DIÁSPORA NEGRA COMO EL GENOCIDIO: BRASIL, ESTADOS UNIDOS, O, LA GEOGRAFÍA DE LA MUERTE SUPRANACIONALES Y SUS ALTERNATIVAS

Resumen: Al paso que sugiere una noción de la diáspora Negra marcada por una multiplicidad de procesos de lucha contra el genocida Negro, este ensayo tiene por objeto lo siguiente: en primer lugar, a un centro de los EE.UU., dislocar su / nuestra conciencia imperactiva y su auto-comprensión, através de um enfoque direcionado a La Diáspora Negra: para mostra como el proceso de anti-negritud, más facilmente se associa al tan clamado espacio de tercer mundo, situación que no somente es frecuente pero inminente en este contexto imperialista de estado-nación. En segundo lugar, propone un concepto complementario de la diáspora que, si bien atentos a su desplazamiento, la experiencia, performativa y, finalmente, aspectos políticos, se centra en el terror racial y, más concretamente, em el genocidio contra el Negro como su característica fundamental. Y en tercer lugar, ya que reconoce la urgencia de la supervivencia, lo que implica necesariamente la obligación relacionada con la lucha política, la perspectiva ofrecida en este ensayo se centra en el imperativo liberador de la diáspora negra. Si algunas de las condiciones de posibilidad de los estados-nación como em Brasil y en Estados Unidos se basean en la imposibilidad de la condición negra - la imposibilidad de una ciudadanía plena, la imposibilidad de una vida plenamente reconocida y El vivenciar la humanidad – ¿entonces cuales son las opciones políticas abiertas a los miembros de la diáspora negra?

Palabras Clave: Negro diáspora, el genocidio, Brasil, Estados Unidos.

Há uma urgência imperativa a este ensaio. Abordar os problemas da diáspora negra não é apenas um exercício acadêmico dissociado de ramificações políticas – se é que tal exercício possa existir. Em meio a uma onda de esperança ainda indefinida, mas centrada nos EUA, alimentada em certa medida pela ascensão de Barack Obama ao mais alto posto executivo de um reconhecido império, desespera-me a idéia de que as vidas dos que são considerados menos que humanos, feitos invisíveis e propensos desproporcionalmente aos efeitos históricos e contemporâneos das políticas de estado, bem como de sua negligência social, se tornem irrelevantes no cálculo hegemônico do que constitui a boa e digna nação – e, de fato, do ponto de vista do Império, da boa e digna comunidade internacional. Estou falando da vida arriscada e prematuramente abreviada daqueles que são pegos pelos novos esforços bélicos no exterior; e, no que diz respeito mais detidamente ao foco deste ensaio, me refiro ao corrente risco de abreviação da vida da população negra, sobretudo de cidadania norte-americana, por conta de uma constelação de políticas, práticas e crenças que afetam as formas com as quais o sistema de justiça criminal, de saúde e trabalho, entre outros são gerenciados e experienciados. Tentar ampliar a definição de diáspora negra significa, portanto, tratar da urgência que emerge do provável – se já não posto – ostracismo imposto às vozes dissonantes que alegam que o império estadunidense, seus representantes, membros e justificativas ideológicas não são apenas suspeitos, mas que eles, Nós, estamos sempre excluindo, e, muitas vezes, de forma homicida, em nossas escolhas por ignorância e silêncio. No mínimo, o império do qual fazemos parte, querendo ou não, faz das reivindicações de multirracismo e multiculturalismo inclusivos uma farsa política sob o colonialismo e o imperialismo dominantes, e que o genocídio antinegro continue, nitidamente, a manifestar sua mentalidade horrenda.

Como sugere uma noção de diáspora negra marcada por uma multiplicidade de processos genocidas antinegros, este ensaio tem por objetivo: primeiramente, descentralizar os EUA, deslocar sua/nossa perspectiva imperialista geralmente consciente e autocompreensiva a partir da centralização na diáspora negra; evidenciar como os processos antinegros, mais facilmente associados aos espaços chamados de Terceiro Mundo, não são apenas predominantes, mas fundantes neste Estado nação. Talvez pareça um tanto contraditório que, no momento em que um presidente negro ocupa a Casa Branca, sanções marginalizadoras antinegras não apenas prevaleçam, como também definam a ótica e natureza da política dos EUA – ao tempo que definem a diáspora negra. As noções de diáspora disponíveis nos EUA, no Canadá e no Caribe anglófono – à medida que podem ser conscientes de suas limitações epistêmicas e nacionais – dificilmente se dão ao trabalho

de se envolver e, até mesmo, relativizar efetivamente seus nacionalismos anglocêntricos, mesmo que despretensiosamente (Yelvington, 2001; Walcott, 2005).

Ao relacionar as experiências de vida do Brasil e dos Estados Unidos, este ensaio traçará mais linhas de continuidade que de descontinuidade; sugerirá que as práticas de genocídio antinegro que caracterizam um genuíno país lusófono do chamado Terceiro Mundo, em vez de se constituir uma exceção, são de fato parte de um continuum que marca as nações de diáspora negra, incluindo perfeitamente o anglófono Estados Unidos.

Segundo, este ensaio propõe um conceito complementar de diáspora que, mesmo atento à transformação de sua faceta experiencial, performativa e, por fim, política, foca-se no terror racial (e.g. Gilroy, 1993) e, mais especificamente, no genocídio antinegro como sua característica fundante. Nega-se ao membros das comunidades negras na diáspora o direito de sobreviver plenamente como cidadãos ou seres humanos – o genocídio como um fato constitui o sustentáculo, a base de onde as variadas manifestações de negritude que definem a diáspora são construídas. Inspirado nos escritos de Audre Lorde (1987), Cedric Robinson (2000), Faye Harrison (2002) e Howard Winant (2001), nos EUA; e Abdias do Nascimento (1989) e Jurema Werneck (2007), no Brasil; este trabalho sugere um conceito de diáspora negra que localiza as experiências comuns de Estados onde há subjugação racial (obviamente não restrita à brutalidade policial), desemprego desproporcional e encarceramento em massa, morte prematura e doenças preveníveis entre outros fatos vastamente compartilhados entre negros com a base de onde a diáspora existe, luta e perece. Como um processo e uma condição (Patterson and Kelley, 2000), a diáspora negra necessariamente se apóia, desafia e sobrevive a tais fenômenos sociais transnacionais. Para exemplificar a materialidade da diáspora como genocídio, analisarei dados sobre o sistema de justiça criminal, de saúde e trabalho no Brasil e nos Estados Unidos.

Terceiro, uma vez que é reconhecida a urgência da sobrevivência, que implica necessariamente a exigência necessária à luta política, a perspectiva oferecida neste ensaio centra-se no imperativo libertário imanente da diáspora negra. Se algumas das condições de possibilidade de Estados nação como o Brasil e os Estados Unidos repousam sobre a impossibilidade da condição negra – a impossibilidade de cidadania plena, a impossibilidade de uma humanidade integralmente reconhecida e vivida, a impossibilidade de não “magnetizar” balas (Wilderson, 2005) –, então quais são as opções políticas restantes aos membros da diáspora negra? Quais alternativas políticas práticas e teóricas os membros das comunidades da diáspora, sob cerco permanente, elaboraram

contra as várias violências do Estado e da sociedade contra eles? Significa então dizer que definir e localizar a diáspora como genocídio é reconhecer seu permanente estado de resistência e rebelião. Diante do genocídio e na ausência de resistência e rebelião não haveria diáspora vibrante como nós a conhecemos. Focando especificamente nas análises estratégias de resistência que os ativistas negros desenvolveram trabalhando coletivamente em esforços transnacionais, mostrarei as formas pelas quais a diáspora negra não é apenas uma geografia de morte, mas também, e necessariamente, um conjunto de conhecimentos políticos e ontológicos imanentemente insurgente.

A perspectiva analítica que eu proponho busca complementar as perspectivas atuais sobre a diáspora. Escolhi enfatizar Negro em vez de Africano não para diminuir a importância horizontal, mutuamente constitutiva do papel do continente africano nas atuais experiências multidimensionais de processos relacionados à diáspora (Yelvington, 2001), mas para chamar atenção para uma série de fatos articulados, que se encontram necessariamente ligados que, eu argumento, constituem o genocídio fora do continente africano. Sendo absolutamente direto, parecer ser mais aceitável conceituar (ainda que seja persistentemente difícil definir juridicamente e impor punição) o genocídio no continente africano do que reconhecer seus traços nas nações não africanas da Diáspora Negra. Especificamente, a Diáspora Negra nas Américas, incluindo os Estados Unidos, embora às vezes reconhecida por engendrar vários desafios para seus membros, é muito raramente criticada por constitutivamente criar e manter condições sob as quais a sobrevivência da comunidade é constantemente desafiada. A ênfase sobre a diáspora visa a colocar os processos e as condições genocidas no centro e à frente do que constitui as bases sobre as quais as identidades e políticas negras são experimentadas através da diáspora, especialmente nas Américas. Nações africanas e americanas têm em comum os desafios de sobrevivência que suas comunidades negras enfrentam como constitutivas de sua experiência. Assim sendo, sua ligação à diáspora tem menos relação com a localização geográfico-nacional ou com questões de origem do que com uma experiência transnacional dividida na luta contra o genocídio.⁴

Uma vez que as importantes contribuições acadêmicas já ofereceram uma perspectiva sobre a Diáspora como um conjunto de processos culturais, experienciais, históricos e políticos mais ou menos interligados, este ensaio pretende se somar a estas contribuições focando em outro ponto,

4 A recente declaração do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva de que a crise econômica mundial é causada por “pessoas loiras e de olhos azuis” e que não é justo que “população negras e indígenas” carreguem o peso de tais erros pode ser contextualizada por essa noção de Diáspora Negra. Nela, os negros e as comunidades não brancas são indiscutivelmente mais desfavorecidos, ao mesmo tempo em que os privilégios pessoais, regionais e nacionais brancos são os parâmetros pelos quais as políticas do Estado e os entendimentos culturais são elaborados.

aparentemente irrelevante, de circunstâncias políticas e econômicas de base. Quando analiticamente conectadas, tais circunstâncias tão enganosamente distintas se tornam significativas como uma constelação supranacional (mesmo que não vetada à participação das nações), social e factual que atinge desproporcionalmente as comunidades negras na Diáspora. Se o trabalho do colonialismo e imperialismo deve ser localizado e neutralizado, então nos cabe aproximar o que foi dado como separado, descontínuo:

Desestabilizaremos o que a hegemonia deu como coerente ou fixo; tornar semelhante o que parece distinto, difuso ou idiossincrático; trazer ao primeiro plano o que é latente e, portanto, poderoso em sua aparente ausência; e analisar o que é aparentemente autoevidente, o que a hegemonia dá como senso comum e natural, mas que deveremos ler como gestos de poder que empregam a violência para normativizar e disciplinar (Alexander, 2006, p. 192).

O trabalho de compreender e documentar etnograficamente a diáspora, levando seriamente em conta como os membros de realidades aparentemente tão distintas lidam com os abusos permanentes de seu bem-estar (Gordon e Anderson, 1999), requiere engajamento com as estratégias e teorias políticas elaboradas sob condições limitadas. Condições que são supranacionais, historicamente persistentes e produzem quantitativamente efeitos desproporcionais e negativos sobre as populações negras e que, entretanto, mas raramente nomeados e desafiados no que são: genocídio.

*

A moderna acepção do termo “genocídio” é atribuída ao jurista polonês Raphael Lemkin, que saiu da Polônia em 1939 para os Estados Unidos. Em uma época em que os horrores do holocausto judeu, bem como as atrocidades em massa cometidas por Estados poderosos desde a virada do século XX não tinham uma definição específica pela qual pudessem ser descritas e exercidas, a definição de Lemkin, de 1944, que apareceu no *Axis Rule in Occupied Europe* compreendia uma perspectiva multifacetada. Incluía ataques a instituições políticas, culturais e econômicas. O genocídio não necessitava de assassinatos. Ações que infringiam a liberdade, a dignidade e a segurança de um grupo eram o suficiente para ser qualificadas como genocídio. A definição inicial da Organização das Nações Unidas (ONU) que aparece em sua Assembléia Geral de 1946 seguia o alcance de seu amplo apelo conceitual.

O conceito mais restrito de genocídio que existe hoje é resultado de uma série de batalhas políticas promovidas na ONU por nações poderosas que obviamente não estavam interessadas em ter uma definição de genocídio que pudesse criminalizar suas ações. Representantes da Grã-Bretanha, União Soviética, Estados Unidos e França, por exemplo, estavam interessados nas implicações da resolução das Nações Unidas vis-à-vis seus próprios empreendimentos colonialistas internacionais. Tais eram os interesses que os Estados Unidos, por exemplo, só ratificaram a já desbotada definição de 1948 quarenta anos depois, mesmo assim com duas “ressalvas” e cinco “observações” [*understandings*].⁵

A definição de genocídio que serve como referência neste ensaio é da Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, aprovada pela Resolução 260A (III) do Conselho Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1948, tornada efetiva em janeiro de 1951. De acordo com o Artigo II da Convenção, genocídio é:

os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- a) Assassinato de membros do grupo;
- b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;
- c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

Apresentar e analisar as perspectivas desenvolvidas por ativistas da Diáspora Negra em tempos de genocídio, e no processo, têm contribuído para a ampliação de nosso entendimento do que a Diáspora Negra é e pode ser – é o que apresento a seguir. Primeiramente descrevo as condições em que ocorreu o encontro entre negros brasileiros e ativistas norte-americanos em 1993. Apesar de eu ser brasileiro, entrei em contato com os ativistas do Rio de Janeiro por meio de antigos panteras negras de Los Angeles e seus companheiros. Colaborei com a Coalizão contra o Abuso Polícia, localizada no Centro Sul de Los Angeles, entre 1996 e 2006. Em 2000, as pessoas que trabalhavam lá chamaram minha atenção para os ativistas progressistas da comunidade do Jacarezinho e me impulsionaram a encontrar apoio institucional para seus projetos. Seguindo esta

⁵ “A ruptura de Lemkin permitiu o Tribunal Militar Internacional reunido em Nuremberg em 1946 avançar em uma descrição apropriada das acusações contra os maiores réus nazistas” (Churchill, 1997, p. 408). O livro de Churchill oferece uma análise metódica das lutas políticas em torno da Convenção de Genocídio das Nações Unidas; também mostra o quanto da definitiva hesitação e timidez no trato legal das Nações Unidas tem a ver com a influência dos EUA na formulação do documento final sobre genocídio.

parceria inicial (Vargas 2004), tenho me envolvido principalmente no trabalho de solidariedade com organizações do Rio desde 2001, detalhes que explicarei a seguir.⁶ Segundo, baseado nestes ativistas e nessas experiências de trabalho de solidariedade, adoto os conceitos de genocídio desenvolvidos pelo Congresso pelos Direitos Civis no início dos anos 1950 e por intelectuais ativistas contemporâneos nos Estados Unidos e no Brasil. Eu, então, exploro a aplicabilidade e a importância prática e teórica do conceito de genocídio para a luta negra da atualidade. Finalmente, reflito sobre as possibilidades da libertação e explico porque, dada a ubiquidade e persistência do genocídio anti-negro, a libertação é uma necessidade pela qual não podemos deixar de lutar. A Diáspora Negra como genocídio cria o imperativo da transformação radical e não nos deixa outra escolha que não seja destruir as condições sociais que o geram. A Diáspora Negra como uma geografia da morte, produzida por necro-políticas anti-negro (Mbembe, 2003) é, portanto, e necessariamente uma rede viva de bio-política que é uma afirmação de sobrevivência, persistência e criatividade. Tais bio-políticas, como projetam uma Diáspora Negra que é a antítese do genocídio, automaticamente fazem alegações contra a natureza antinegra, hierárquica de nossos conhecimentos e políticas.⁷

BRASIL OU UM LADO LUSÓFONO DA DIÁSPORA NEGRA NAS AMÉRICAS

O momento político atual no Brasil, de um ponto de vista da Diáspora Negra, é uma das contradições; ao tempo em que os movimentos negros brasileiros se tornam relativamente bem-sucedidos em pressionar e às vezes implementar políticas públicas de ações afirmativas, resistindo a práticas institucionais e ideológicas, além de contra a imposta marginalização das comunidades negras. Violência policial militarizada, segregação residencial, desemprego e morte prematura, como especificarei mais adiante, continuam a afetar desproporcionalmente afrodescendentes ao mesmo tempo em que dois processos interrelacionados e mutualmente constitutivos e contraditórios mos-

6 Por trabalho solidário, quero dizer uma forma de auxílio ativista que, enquanto em diálogo e em apoio a projetos políticos de libertação, está ciente dos muitos privilégios que se tem frente aos ativistas na base. Meu *green card*, minha relativamente segura posição de classe média e trabalho nos EUA, meu gênero e feições de pele clara são algumas das muitas vantagens que eu tenho e que ativistas no Jacarezinho e Centro Sul de Los Angeles não têm como acessar. A indicação mais nítida do abismo que me separa daqueles ativistas é que, ao passo que eles não têm escolha, mas vivem a frequente militarização mortal no seu dia a dia, eu sempre parto para a segurança dos espaços da classe média. Escrevendo de Texas sobre o Rio e Los Angeles, no ar-condicionado e computador conectado à internet, providenciados pelos meus padrões no *campus* altamente segregado e policiado da Universidade do Texas, explico a questão exemplarmente.

7 Sobre a imanente cognição antinegra, ver Goff *et alii* (2008).

tram sua face. Um deles é o relativamente novo reconhecimento da corrupção e da natureza discriminatória da polícia brasileira e do sistema de justiça em geral.⁸ O outro é uma multifacetada campanha contra ações afirmativas que se vale da força de programas de TV, artigos de jornais e revistas e livros recentemente publicados. Raça não existe e não deveria servir como base para políticas públicas: esta é a lógica que informa a campanha que recicla a ideologia da democracia racial e, como tal, propõe uma ilusória e atraente conjectura para a resistência, a recusa e a renegociação das poucas, mas importantes conquistas de ações afirmativas testemunhadas no Brasil nos últimos anos.⁹

As políticas econômicas adotadas pelo governo Lula proporcionam um contexto contexto mais amplo no qual esse momento de contradições se desenrola. Entre a maioria mais pobre do Brasil, que é desproporcionalmente negra,¹⁰ a reeleição de Lula em 2006 marcou um apoio plebiscitário de tais políticas. Um momento macroeconômico favorável, associado a uma baixa de taxas de juros historicamente altas, gerou, especialmente para a parcela mais pobre da população brasileira, acesso sem precedentes ao consumo de crédito e, o que é mais importante, a necessidades básicas, como alimentação, vestuário e produtos de higiene pessoal.

8 Um ponto alto da desmoralização da polícia do Rio aconteceu em 19 de julho de 2001, quando estava sendo apresentado no horário nobre da televisão nacional, durante o *Jornal Nacional*, o telejornal noturno de grande audiência, um vídeo de um grupo de oficiais da polícia recebendo dinheiro de traficantes no Morro da Providência. “Em tempos de guerra os oficiais de polícia corruptos deveriam ter sido executados”, disse o comandante geral da polícia militar Wilton Ribeiro. Suas palavras, impressas nas maiores letras, estavam na primeira página do jornal *O Dia* em 20 de julho de 2001, ao lado de fotografias de oficiais recebendo dinheiro de traficantes.

9 Exemplos desta campanha são muitos. Na edição de 6 de junho de 2007, a semanal *Veja* publicou o artigo de capa declarando “Raça não existe”. O subtítulo dizia: Gêmeos idênticos, Alex e Alan, foram considerados pelo sistema de cotas como negro e branco [respectivamente]. É mais uma prova de que raça não existe”. Publicações relativamente recentes constroem o argumento da fluidez da identidade e, por essa razão, apontam para o perigo de adotar categorias específicas de raça como base para diretriz pública e análise social. Ver, por exemplo, Maggie e Rezende (2002). Em 2002, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tornou-se a primeira universidade no Brasil a instituir o sistema de cotas em seu exame de admissão: foram reservadas 50% das vagas a estudantes do sistema público, e 40% àqueles que se autodeclarassem preto ou pardo. Hoje, muitas universidades estaduais e federais, assim como faculdades públicas e privadas, adotam variações nessas diretrizes. Por exemplo: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Mato-Grosso do Sul (UEMS), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

10 De acordo com Censo Demográfico de 2000, os não brancos (pretos e pardos) abrangem 47,3% da população. Eles representam 52% da população com menor renda e, dentro desse grupo, 40% ganham menos que o equivalente a US\$ 200,00. Somente 29% dos brancos estão incluídos neste grupo. Os maiores contribuintes (US\$ 2.000,00 ou mais), por outro lado, abrangem 7,5% da população branca, mas somente 1,5% de não-brancos (Telles, 2004, p. 110).

Embora, para os padrões internacionais, a taxa de crescimento do Brasil durante os três últimos anos do primeiro mandato de Lula entre 2004-2006, seja de meros 3,4%, foi mais do que o dobro da taxa de 1,3% do período dos três anos anteriores que incluem a administração de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Lula. Combinados com a baixa da inflação a um recorde de 4% em 2006 e a um aumento da moeda de mais de 25% relativo ao dólar estadunidense desde 2004, estas características macroeconômicas emolduram a expansão do crédito ao consumidor, especialmente àqueles de baixa renda e aos mutuários que pedem empréstimo pela primeira vez.¹¹

Contribuindo ainda para a incorporação da população pobre ao mercado consumidor, a administração Lula aumentou o salário-mínimo de forma que seu poder de compra aumentou em substanciais 23% entre 2003-2006. Combinadas aos programas de transferência de renda e iniciativas de segurança social visando a reduzir a pobreza – por exemplo, o *Bolsa Família* oferece R\$ 15,00 mensais, o que mal equivale a U\$ 7,00, por criança que frequenta a escola, para um máximo de três crianças –, estas políticas sociais reduziram efetivamente a pobreza absoluta. Brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza caíram de 28% em 2003 para 23% em 2005. De acordo com algumas estimativas, a pobreza absoluta caiu aproximadamente 15% nos primeiros três anos do governo de Lula.¹² Um dos resultados dessas políticas é que, entre 2005 e 2006, os 50% mais pobres da renda nacional aumentaram de 14,3% para 15,1%. Tomados em conjunto, esses dados sugerem um significativo aumento na distribuição de renda beneficiando os mais afetados pela pobreza.

Apesar dos programas macroeconômicos, o governo Lula está aquém de alcançar mudanças estruturais. Não obstante o expressivo crescimento no orçamento para aqueles de menor renda, os gastos sociais *per capita* do atual governo caíram frente aos da administração de Fernando Henrique Cardoso, os mais altos cortes registrados em moradia e infra-estrutura urbana. O governo Lula não tem sido capaz de impedir uma tendência estrutural histórica: cortes no orçamento social do governo chegando a R\$19,3 bilhões no período de 2001-2003 (Pochmann, 2005, p. 2). A expansão das favelas na paisagem urbana brasileira é um sintoma de colapso do sistema de empréstimo para casa-própria. É estimado que apenas 20% das famílias que necessitam de empréstimos para a casa própria tenham acesso a eles. Há uma correlação linear entre o crescimento no número e tamanho das fave-

11 Para uma análise do recente desempenho da macroeconomia brasileira, veja o volume organizado por Carneiro (2006).

12 Ver, por exemplo, dados em Hunter e Power (2007).

las e a indisponibilidade de crédito: na cidade do Rio de Janeiro cada 10% de crescimento das favelas corresponde a 2,3% de queda no acesso ao empréstimo para a casa própria (Oliveira 2004).

Tanto quanto as desigualdades estruturais e históricas não são combatidas frontalmente, o sistema racializado de hierarquias – que se alimenta das desigualdades sociais infringidas – continua como a lógica que determina as chances de vida. Um exemplo desta lógica serve como introdução às multifacetadas manifestações de genocídio anti-negro, sobre o que eu me alongarei a seguir. Considere que na cidade do Rio, ao passo em que os negros são 40,2% da população, são também 66,5% dos encarcerados. Se as políticas da justiça criminal são parte de uma rede de conhecimentos historicamente racializados do mundo, então a super-representação de afro-brasileiros nas celas é um indicador da análoga discriminação nos sistemas de educação, trabalho, moradia e saúde.

Este momento de mudanças programáticas (por exemplo, o *Bolsa Família*), numa estrutural imobilidade racial (os cortes nos empréstimos federais para a casa própria, desproporcionalmente afetando as populações negras vivendo nas favelas), é também marcado pela previsível reação orquestrada pelos que sempre se beneficiaram material e simbolicamente do melhor da mitologia do paraíso racial. Ativistas negros estadunidenses e brasileiros sabem que o que está em jogo é mais que o mero reconhecimento formal de direitos e acesso a recursos. Tão urgente quanto é esta batalha pragmática do presente, a guerra mais ampla a combater é a que trata do reconhecimento pleno e garantido da humanidade do povo negro – na realidade, é uma guerra por sobrevivência. Qual é o diagnóstico que ativistas negros brasileiros e estadunidenses elaboram sobre suas políticas? Que comunidades reais e imaginadas eles estão traçando? Que noções de Diáspora Negra emergem de tais parcerias?

O MESMO MUTANTE OU LOS ANGELES, RIO DE JANEIRO

Michael Zinzun, co-fundador da Coalisão contra o Abuso Policial (Capa) em Los Angeles e o principal idealizador das alianças transnacionais de ativistas que foco neste ensaio faleceu em julho de 2006. Mesmo assim, os intercâmbios iniciados há mais de uma década e a tradição radical negra (Robinson, 2000), que animam a necessidade de conceitualizar e direcionar rumo à libertação, estão vivos. As batalhas foram levadas à frente e engajadas em várias frentes. Agora há parcerias entre ativistas residentes nos Estados Unidos e pessoas e organizações no Rio que são produto direto deste primeiro diálogo. Um exemplo é o curso de Teoria e Políticas da Diáspora Africana, organizado por Criola, uma organização de mulheres negras de ação no Rio; Proafro, um centro na Universi-

dade Estadual do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos Africanos e Afro-Americanos da Universidade do Texas, em Austin. Seu planejamento durou mais de três anos, mas finalmente aconteceu em junho de 2007. A maioria dos participantes eram mulheres negras ativistas.

Esta aliança começou em 1993, quando um grupo de quinze moradores do Centro Sul de Los Angeles, membros das duas organizações de base locais, o Capa e a Comunidade de Apoio à Trégua de Gangues [*Community in Support of the Gang Truce*] (CSGT), viajaram ao Rio de Janeiro para trocar conhecimento acerca de suas batalhas políticas. Capa e CSGT se formaram a partir da participação de seus membros mais antigos nos Panteras Negras, cujos programas para o empoderamento comunitário e perspectivas transnacionais orientaram muito da abordagem dos ativistas estadunidenses às conexões políticas brasileiras. Os militantes negros norte-americanos interagiram com muitas Organizações Não Governamentais (entre as quais está uma das mais antigas ONGs do país, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN), mas majoritariamente com habitantes de um dos mais pobres, mais violentos, estigmatizados e dilapidados bairros no Rio, a favela do Jacarezinho, onde mais de 150 mil pessoas vivem sob o despotismo de traficantes de drogas e da brutalidade de sanção pública, exercida pela polícia, bem como da negligência estatal, evidente na decrepitude das escolas, da assistência médica, do transporte e do saneamento básico na área.

No Jacarezinho, bem como em muitas das outras maiores e mais politizadas favelas do Rio, grupos de corajosos homens e mulheres estavam, desde o início dos anos 1990, começando a desafiar o controle que policiais corruptos e traficantes de drogas tinham sobre a vida e política cotidiano da favela. Enquanto a presença repressiva da polícia nas favelas é tão duradoura como a própria favela, o domínio dos traficantes de drogas é um fenômeno relativamente novo. Desde a metade dos anos 1980, traficantes exercem poderes de vida e morte sobre os moradores das favelas e as associações de moradores. Membros do Capa e CSGT conheceram alguns desses homens e mulheres que estavam se organizando no Jacarezinho sob novas premissas de cidadania plena, autonomia e orgulho racial. Os afro-americanos não apenas se interessaram pela reforma e pelos programas que os organizadores do Jacarezinho estavam discutindo na comunidade, como também ofereceram seu apoio na forma de estratégias e limitados, embora muito valiosos recursos financeiros. Negros brasileiros e estadunidenses dividiram experiências sobre brutalidade policial, pobreza, desemprego e os efeitos do tráfico de drogas, e enquanto as subseqüente aliança entre esses dois grupos reconheciam as especificidades de cada contexto, eles, mesmo assim, enfatizavam a possibilidade de estratégias comuns e a necessidade de levar problemas locais ao prisma transnacional. Acima de tudo, a implí-

cita, mas poderosa noção de Diáspora Negra que energizou esta aliança política reconheceu um conjunto de circunstâncias compartilhadas que, a fim de que iniciativas locais fossem postas em prática, ameaçavam a própria viabilidade das vibrantes comunidades negras. A Diáspora Negra e a experiência de seus membros de negritude fizeram sentido visto que eles reconheceram as infelizes e pragmáticas coincidências e os imperativos de uma análise profunda, de esforço coletivo e ação transnacional.

Zinzun frequentemente citava as condições deprimentemente similares que os negros experimentavam nos guetos norte-americanos e nas favelas brasileiras. Morte iminente nas mãos de traficantes e policiais foi apenas a mais óbvia. Ele frequentemente dizia que “você sou eu e eu sou você” quando se comunicava com outros ativistas brasileiros. Havia uma compreensão mútua do que significava ser negro em Estados nacionais que, por meios e discursos diferentes, conseguiam marginalizar e matar pessoas negras enquanto se apresentavam como democráticos e inclusivos. A ideologia *color-blind*¹³ norte-americana pós-ações afirmativas e o persistente mito da democracia racial produziam resultados similarmente genocidas apesar de suas especificidades históricas, políticas, culturais e geográficas.

Denunciando a brutalidade policial, formulando análises que enfatizavam diferenças, mas acima de tudo semelhanças entre Estados Unidos e Brasil, e propondo reforma da polícia. Desde a primeira reunião, organizadores da comunidade brasileira estiveram em Los Angeles e outras cidades dos EUA por períodos de tempo que iam de uma semana a vários meses, o mesmo feito por membros do CAPA e do CSGT. Durante estes intercâmbios, brasileiros e afro-americanos participaram de workshops e seminários sobre a teoria e prática de suas organizações. Eles também visitaram cidades diferentes, familiarizando-se assim com a realidade e os programas políticos de cada um. A Internet tornou-se um canal adicional pelo qual a informação era comunicada instantânea e frequentemente.¹⁴

GENOCÍDIO NEGRO OU REPETIÇÃO NA DIFERENÇA

A consciência do genocídio negro que se consolida nas parcerias transnacionais entre ativistas do Rio e de Los Angeles tem raízes em uma história de marginalização imposta e esforços que os

¹³ Nota de Tradução (NT): O termo “*color-blind*” refere-se à descrição de uma sociedade que supostamente não é influenciada por preconceito racial.

¹⁴ Para mais descrições e análises daquela colaboração, ver Vargas (2003).

negros fizeram para conceituar e enfrentar sua desumanização. Essa consciência, com frequência, vem explícita em análises feitas por ativistas quando se referem aos efeitos cumulativos das operações policiais nas áreas pobres e majoritariamente negras do Rio e chamam estes efeitos de genocídio. Em outros momentos, a consciência do genocídio é mais difusa e expressa em referência a fenômenos como morte prematura por doenças preveníveis, assassinatos em comunidades negras perpetrados por residentes, altos e persistentes índices de desemprego e incidência de HIV/Aids. O conceito de genocídio talvez não possa ser usado nesses casos, ainda assim prevalece o entendimento de que as comunidades da Diáspora Negra são vítimas preferenciais de processos socioestruturais relacionados que resultam de uma política pública ativa (como é o caso da brutalidade policial) ou passiva (da qual a assistência médica inadequada é um exemplo). Os estereótipos culturais amplamente compartilhados tanto se alimentam quanto se energizam a partir dessas políticas.

Aqui eu pretendo mostrar que a consciência e a percepção do genocídio são produtos de iniciativas de ativistas do presente e do passado. Os escritos de intelectuais ativistas, refletindo sobre teoria e ações pragmáticas empregados por sujeitos políticos, são fontes de perspectivas sistemáticas sobre genocídio. Estes escritos nos auxiliam a entender e contextualizar as teorizações conduzidas por ativistas quando eles se envolvem com o genocídio. Iniciativas de ativistas contemporâneos que combatem o genocídio anti-negro têm uma genealogia política que se remete ao passado, bem como revelam rizomas teóricos cruzando Estados nacionais.

Do ponto de vista estadunidense, William Patterson, Manning Marable e Joy James, entre outros, podem ser considerados exemplos de intelectuais ativistas diaspóricos que teorizaram o genocídio negro e o ligaram à prática política. Nada surpreendente dada a natureza global do genocídio negro, tal corpo de trabalho intersecciona com o do ativista negro brasileiro, deputado, dramaturgo, ator e poeta Abdias do Nascimento. Abaixo eu delinheiro aspectos-chave das formas com as quais o genocídio foi concebido por tais intelectuais ativistas, começando pela definição do Congresso de Direitos Civis [*Civil Rights Congress*] de genocídio, desenvolvida no início dos anos 1950. Discuto, então, a aplicabilidade do conceito aos nossos tempos e às comunidades diaspóricas. Fecho esta seção com dados específicos sobre as manifestações contemporâneas de antígenocídio negro nos Estados Unidos e no Brasil.

Em 17 de dezembro de 1951, William Patterson levou uma delegação perante o secretário-geral das Nações Unidas, cobrando o governo dos Estados Unidos sobre o genocídio de negros norte-americanos. Os argumentos da delegação foram meticulosamente compilados em uma publicação

editada por Patterson, então o Secretário Executivo Nacional do Congresso dos Direitos Civis, intitulada, *We Charge Genocide: The Historic Petition to the United Nations for Relief from a Crime of the United States Government Against the Negro People* (1951). O intuito dessa análise é utilizar as ferramentas *teóricas*, assim como o comprometimento *político* incorporado em *We Charge Genocide* como estratégias para dar sentido e começar o combate às diversas formas de genocídio das pessoas negras que estão acontecendo diante de nossos olhos. Para Patterson e seus parceiros, a persistência dos linchamentos e das políticas Jim Crow foram, naqueles anos pós-guerra, quando os Estados Unidos investiram deliberadamente pesado em sua auto-imagem como guardião da democracia e inimigo do totalitarismo comunista, o maior objetivo da campanha (Horne 1988, Tyson 1999). *We Charge Genocide* é ainda muito mais complexo que uma compilação de atrocidades sistemáticas, institucionalizadas e cotidianas cometidas por brancos contra o povo negro em todas as partes dos EUA – não apenas no Sul – entre 1945-1951.

No trabalho de Patterson, genocídio, além de se referir à morte de indivíduos negros, implica fascismo doméstico e internacional, que frequentemente leva a guerras genocidas contra nações racializadas: “A supremacia branca interna conduz ao massacre dos povos de cor no exterior”,¹⁵ relacionado com a opressão política e econômica das comunidades negras, justificadas e afastadas das políticas e dos discursos públicos, “não concebida no escuro, mas incitada via rádio nos ouvidos de milhões, estimulada no brilho dos fóruns públicos por senadores e governadores” (p. 5); e realizada por uma amplamente compartilhada mas não geralmente expressa sabedoria racial, “parte dos costumes da classe dominante frequentemente dissimulada por eufemismos, mas sempre direcionada a oprimir pessoas negras” (p. 6), traduzindo em baixos salários, permanente segregação residencial e privação de direitos políticos. O genocídio de negros nos Estados Unidos resultou num profundo e físico terror perpetrado pela Ku Klux Klan, como também sancionado pelas figuras públicas dos governadores J. Strom Thurmond, da Carolina do Sul; Fielding M. Wright, do Mississippi; e Frank M. Dixon, do Alabama – todos incitando a violência contra negros para impedi-los de votar (p. 16-19). As várias faces da luta antinegra categoricamente questionaram a natureza, o escopo e a alegada universalidade da democracia nos Estados Unidos.

Essas manifestações multidimensionais do genocídio sugerem que, no centro dos processos genocidas de negros nos Estados Unidos, a existência de um conjunto de valores dominantes e de representações que desumanizam os negros, restringem o acesso a direitos e recursos, os excluem da

¹⁵ Patterson *et alii*, 1951, p. 7. Números subsequentes de páginas aparecem no texto principal.

cidadania plena, e justificam o desrespeito, o sofrimento e a morte constantemente. Um aspecto crucial do genocídio antinegro é que ele traz consideráveis vantagens aos seus perpetradores: intimidação e morte de negros onde estavam claramente ligados ao poder político (impedindo os negros de votar) e ao poder econômico (impedindo os negros de competirem com brancos no mercado de trabalho e de empréstimos).

O que Patterson e seus colaboradores sabiam, então, sobre as justificativas ideológicas e as múltiplas manifestações de genocídio pode ser *teoricamente* utilizado hoje para explicar as inúmeras representações, ações e políticas públicas cujos resultados são a inconfundível desumanização, exclusão e morte de pessoas negras. Aqui eu enfatizo a teoria tanto para preservar o tempo e o espaço específicos nos Estados Unidos nos anos 1950 e quanto para chamar a atenção à perspectiva analítica de Patterson, que se torna uma ferramenta poderosa para descobrir as facetas contemporâneas do genocídio antinegro. *We Charge Genocide* é um documento singular e um ato político que utilizou a gramática legal para denunciar os benefícios que os brancos norte-americanos acumularam da sistemática discriminação contra negros – uma dinâmica complexa de violência genocida aberta e de não menos efetivo e tácito conhecimento racial que George Lipsitz (1998) descreveu como investimento possessivo na branquitude.¹⁶

O CONTINUUM GENOCIDA

OU SOFRIMENTO NEGRO DENTRO E ATRAVÉS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

Qual o ganho de uma perspectiva analítica e política que enfatiza o genocídio contra o povo negro na Diáspora? Como podemos transpor a importância teórica e a vitalidade da vontade política

16 Carol Anderson (2003, p. 189-209) documentou as dificuldades de Patterson em apresentar a petição do genocídio para as Nações Unidas, pressionado pela Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor [*National Association for the Advancement of Colored People*] e pelo Departamento de Estado. Paul Robeson e W.E.B. Du Bois, que planejavam apoiar a petição e os esforços de Patterson em Paris, não foram capazes de fazer a viagem: o Departamento de Estado, suspeitando que Robeson tivesse escrito *We Charge Genocide*, negou a ele seu passaporte. Du Bois, por outro lado, tinha acabado de ganhar uma longa e cansativa batalha legal contra o Departamento de Justiça e foi energicamente aconselhado pelo seu médico, seu advogado e sua esposa a não viajar. Patterson, sozinho em Paris e atormentado pelo Departamento de Estado e pela embaixada dos EUA, que tentou confiscar seu passaporte, percebeu que teria de fugir para a Europa oriental para evitar o confisco. Depois foi à Paris quando novos incidentes de violência racista nos EUA tornaram as reivindicações presentes em *We Charge Genocide* ainda mais urgentes. Mais recentemente, em 1996, a National Black United Front (NBUF) lançou uma petição nacional atribuindo responsabilidade ao governo dos EUA com a mesma acusação. O principal foco da NBUF era a escalada e a expansão do crack afetando as comunidades negras urbanas. A NBUF baseou suas acusações na análise da epidemia do crack que conectava a importação e a venda da droga à cumplicidade da Agência Central de Inteligência. Sobre a carta veja Webb (1999).

contida para o nosso tempo e para as variadas geografias da Diáspora Negra, embora cientes das especificidades históricas e ou espaciais/nacionais com as quais Patterson e seus parceiros elaboraram o documento? Destacando as conexões entre as políticas imperiais implementadas no exterior (incluindo as campanhas militares) e processos genocidas antinegro domésticos, *We Charge Genocide* sugeriu uma noção de diáspora negra que necessariamente descentraliza os Estados Unidos, contextualizando-o em seus campos de forças políticas transnacionais, mutuamente afetados e afetando, e, portanto, integrando. Colocando de outra forma, o foco do genocídio antinegro dentro das fronteiras nacionais requisitou o reconhecimento de uma Diáspora supranacional marcada por experiências análogas de marginalizações forçadas (entre comunidades negras e não negras).

Não pode haver uma estratégia política efetiva de combate aos racismos antinegros sem uma profunda e ampla perspectiva – na verdade global – sobre as múltiplas facetas da discriminação genocida, nem pode haver uma agenda de pesquisa ética e confiável sem o envolvimento direto com problemas reais na medida em que são experimentados por pessoas reais e organizações comunitárias reais. Ou seja, ao invés de adotar o triste senso comum do autoproclamado olhar científico, eu defendo uma abordagem analítica que ganha compreensão e profundidade exatamente por ser informada pelos esforços populares, do passado e do presente, para analisar e intervir nos processos racistas genocidas.

O pensamento de Marable pode ser interpretado como uma simbiose contemporânea entre as autoproclamadas políticas *color-blind* que caracterizaram e foram recicladas desde a era Reagan, e o indubitavelmente caráter racializado dos efeitos sociais destas políticas. Um aspecto necessário à esta lógica é sua hostilidade direcionada aos negros (e certamente aos não heterossexuais brancos estadunidenses). É esta hostilidade que nos permite falar de um *continuum* de genocídios. O *continuum* inclui as políticas punitivas que transcenderam a era Reagan, os efeitos negativos – isolados e combinados – que essas políticas produzem, e as compreensões culturais sobre aqueles mais negativamente afetados por eles. O *continuum* explica porque a obliteração das comunidades negras é aceitável.

A noção do *continuum* genocida foi elaborada recentemente pelo antropólogo Nancy Sheper-Huges (2003, p. 373): “é socialmente ratificado e frequentemente experimentado por autores, colaboradores, espectadores – e mesmo pelas próprias vítimas – como esperado, rotineiro e até mesmo justificado. Isto é análogo ao que William Patterson e seus colaboradores conceituaram enquanto descreviam as formas diárias de opressão psicológica, física, política e econômica

experienciadas pelos negros em virtude da sua cor/raça em uma política de supremacia branca. Enquanto os linchamentos, a segregação e a brutalidade da polícia eram ocorrências estruturais, foi necessário compartilhar de uma matriz cognitiva em que as vidas dos indivíduos negros fossem, de forma desproblematizada, desvalorizadas sistematicamente. A noção do *continuum* nos permite relacionar estes diversos e crescentes fenômenos genocidas a um permanente, totalizante e oblíquo evento – muito próximo a maneira que Omi e Winant (1994) interpretam o significado do conceito “raça” nos Estados Unidos – e delinea a resultante matança de pessoas negras a atos cotidianos e representações da discriminação, desumanização e máxima exclusão. A política econômica da era Reagan e suas manifestações contemporâneas, nos Estados Unidos e em outros sítios, foram possíveis e bem-sucedidas porque selecionaram referências de atos cotidianos e representações compartilhadas.

Atos diários de hostilidade podem ser iguados à violência simbólica, que são centrais à microfísica das práticas hegemônicas capitalistas heteronormativas de supremacia branca, e que igualmente influenciam instituições tais como escolas, hospitais, o mundo do trabalho, meios de comunicação, e naturalmente, o sistema penal (veja, por exemplo, Bourdieu, 1977). A violência simbólica oferece a ligação conceitual e efetiva entre o que acontece em uma miríade de eventos convenientemente díspares e a violência física real sistemática que conduz frequentemente à encarceração maciça, à desumanização e à morte prematura. Mesmo que o genocídio não possa ser classificado como violência simbólica, a violência simbólica pode ser considerada como constitutiva do processo de genocídio. O conceito da violência simbólica fornece certamente uma ferramenta com a qual podemos perceber as conexões entre o representacional e o efetivo, o evento local e as tendências gerais, a violência cotidiana e o genocídio, a história e a realidade atual.

A violência simbólica e o aspecto multifacetado da discriminação antinegros sugerem uma perspectiva sobre o genocídio que o considera como culturalmente enraizado e cujo parentesco conceitual nos remete ao racismo. Joy James observou as maneiras nas quais o “significado moral do racismo é virtualmente sem sentido depois que desarticulado do genocídio” (1996, p. 46). Esta idéia exige que nós reconectemos aquilo que os discursos dominantes separaram: os atos diários de hostilidade direcionados a não brancos, mulheres, não heteronormativos, não proprietários; a marginalização estrutural e a persistente desumanização de tais grupos; a manifestação concreta destes processos políticos e ideológicos – o sofrimento e as evitáveis mortes prematuras dos grupos sociais excluídos, entre estes um número desproporcional de negros. Se nós

reconectamos estes processos, o mapa cognitivo fornece o significado aos fenômenos aparentemente díspares no tempo, espaço, qualidade, e número.

É possível perceber a existente conexão entre tempo e espaço presente no *continuum* genocida. As várias geografias dos Estados nacionais do sofrimento e da morte de indivíduos negros que caracterizam a diáspora sugerem fenômenos sociais localmente impostos que são ligados necessariamente por experiências comuns da discriminação antinegros. Também, a diáspora negra, assim como o genocídio, recicla e frequentemente amplifica, a lógica da morte negra nas instituições sociais e costumes nos quais a escravidão se estabeleceu. Se atualmente a lógica da escravidão se apresenta tão-somente como seu oposto – às vezes como um céu multicultural/multirracial, às vezes como um paraíso da democracia racial – esta é a evidência da continuidade histórica e da vitalidade contemporânea (por exemplo, James, 2005 – Introdução). Se o material político e cognitivo que conecta tais coordenadas de tempo e espaço, convenientemente díspares, tem a indubitável codificação antinegro gerando os aspectos negativos da Diáspora, então ela deve igualmente criar a base política e cognitiva da revolta e da transformação. Tais imperativos da revolta e da transformação devem ser tão difíceis de alcançar quanto a necessidade de garantir as condições necessárias para a humanidade integral e incontestada de um indivíduo.

Enquanto ativistas e artistas negros em Los Angeles e no Rio de Janeiro detectam e remontam as várias partes dos processos genocidas que marcam suas vidas, desestabilizam suas objectivações e analisam e interrogam suas naturalizadas subordinações, igualmente forjam críticas poderosas sobre nossas arraigadas formas verticais de classificar o mundo social. No processo, emerge uma noção da Diáspora Negra que aponta para ambas as condições que tornam o genocídio possível, e mais importantes os imperativos de suprimir o genocídio.

Nas seguintes seções, eu exploro algumas das manifestações contemporâneas mensuráveis e ideológicas do genocídio negro nos Estados Unidos e no Brasil. Isto mostrará que a discriminação antinegros ocorre não somente nas políticas oficiais sistemáticas, mas também nas menos perceptíveis, mas igualmente eficazes representações compartilhadas dos não-brancos – especialmente dos negros – que os desumanizam e justificam sua imposta e continuada marginalização maciça e morte prematura. É em relação aos efeitos genocidas do racismo institucionalizado, diário e cultural antinegros que as práticas transnacionais se tornam vitais para a sobrevivência das comunidades afrodiáspóricas e como projetos da organização social que sugerem alternativas ao nosso desumanizante, hierárquico e extremamente injusto mundo. É relevante repetir

que tais efeitos genocidas são eles mesmos multifacetados e afetam a existência de indivíduos negros em uma variedade de maneiras: a matança genocida é do corpo, da mente e do espírito. A urgência que estimula perspectivas mundiais afrológicas atestam como é vital que estas matanças sejam devidamente abordadas e impedidas. O genocídio cria imperativos teóricos e práticos de transformação radical.

MÚLTIPLAS FACETAS DO *CONTINUUM* GENOCÍDIO ANTINEGROS CONTEMPORÂNEO NOS ESTADOS UNIDOS

As dimensões do *continuum* genocídio antinegros nos Estados Unidos contemporâneo incluem o aprisionamento maciço, a brutalidade policial, a mortalidade infantil elevada, a morte prematura (das crianças, dos homens, das mulheres e das pessoas idosas), o tratamento médico deficiente, a ausência de uma educação competitiva e de oportunidades econômicas, a violência diária nos centros das cidades e a depressão crônica.

Como Mike Davis (1992) escreveu em seu agora clássico *City of Quartz* [Cidade de Quartz], o futuro pode ser escavado na Cidade dos Anjos. Considere, por exemplo, que em 2001 a taxa de homicídios em Los Angeles aumentou em 10%. O chefe de polícia William Bratton advogou uma para uma nova campanha do antigangues. Intervenções de Estado tais como esta passam sem alterar as circunstâncias que conduzem às elevadas taxas de homicídios, algumas que até deveriam ser óbvias: educação abaixo da média, vizinhanças fisicamente deterioradas, e o impacto negativo da encarceramento maciço nas vidas de jovens homens e mulheres. Os jovens homens negros são quatro vezes mais suscetíveis a serem assassinados do que os latinos e dezoito vezes mais do que os brancos, comparando indivíduos desta mesma faixa etária. Os negros são 40% das vítimas de assassinato, mesmo que sejam aproximadamente 11% da população total (Levoy, 2003). Desagregue tais números por gênero e idade, e as desproporções serão ainda mais discrepantes: os jovens homens negros são os irresistíveis objetos da violência e as vítimas preferidas da morte pela violência.

Os dados disponíveis no Sistema Penal e nos complexos prisionais não deixam dúvidas. Considerando que um em cada três jovens homens afro-americanos está sob a supervisão do sistema penal hoje, em 2020, se as tendências registradas entre 1980 e 1993 continuarem, 2 em 3 jovens

homens afro-americanos ou estarão encarcerados, em prisão preventiva, ou em liberdade condicional (Donziger 1996). Neste momento, quase não há nenhuma dúvida que, se você é um homem negro, você será preso pelo menos uma vez em sua vida. Em Washington, capital do país, dados conservadores revelam que tal probabilidade é maior do que 75% (Braman, 2002, p. 117).

Quase 70% dos 2 milhões de pessoas encarceradas atualmente são pretos e pardos, delinquentes não-violentos na grande maioria. Os homens não são os únicos alvos. As mulheres afro-americanas são a população que cresce mais rápido na prisão (Davis, 2003). Enquanto nos anos de 1990 a população masculina da prisão aumentou em 77%, o número de mulheres na prisão cresceu mais que o dobro, apresentando um aumento de 110% (Chesney-Lind 2000, p. 81). O que esses números sugerem é que a contínua guerra contra as drogas é significativamente uma guerra contra as mulheres, em especial as mulheres negras (Kurshan, 1996). Desativem o sistema de previdência social e trancafiem-nos, mas não antes de tentar esterilizar tantas mulheres afro-americanas quanto possível (Roberts, 1997). Esta é a ordem do dia, cuja consequência é transformar as “mães que contam com benefício social” no mais novo exército de trabalho gratuito, produzindo a mobília de escritório, placas de carros, roupas ou fazendo reservas de passagens aéreas ou de hotel pelo telefone na prisão. A lógica atrás do conceito e da expansão dos complexos prisionais data, pelo menos, da ascensão de Nixon ao poder (Gilmore, 1998/1999). Como Angela Davis frequentemente aponta, a prisão da *plantation*, característica da escravidão e do sistema de aluguel do condenado instituído logo depois disso, se transformou na plantação contemporânea da prisão, em que os internos fazem uma fração de um dólar por hora de trabalho.

Como se isso não fosse o bastante, outro processo pouco debatido tem promovido o genocídio dos Negros nos Estados Unidos, assim como nas Américas e em África. Em 1990, os negros adultos foram representados desproporcionalmente nos números daqueles com HIV/Aids nos Estados Unidos, compreendendo aproximadamente um terço de todos os casos. Dados do Centro para o Controle e Prevenção de Enfermidades de 1988 sugerem que os negros respondem por 57% de todas as novas infecções por HIV. As crianças negras com menos de treze anos representam 58% (Cohen, 1999, p. 20-23). Considerando que os dados oficiais de 1998 revelaram que entre mulheres, as negras representam 56 por cento de todos os casos novos, dados de 2003 mostram que as mulheres negras eram 67 por cento do total de diagnosticadas durante aquele ano. A Aids é cada vez mais uma doença que afeta desproporcionalmente as comunidades não brancas, especialmente Latina/os e Negros.

Criar ou tolerar tais circunstâncias são atos genocidas. Não é necessário discorrer longamente sobre a intenção das políticas, práticas diárias, formas simbólicas da violência - ou a intenção por trás da ausência de políticas e práticas reparadoras - compreender que o que importa realmente são os *resultados* de tais (in)ações, resultados que indiscutivelmente possuem recorte de gênero e raça e produz dano e a morte maciços. A este respeito, o debate sobre o intencionalidade que cerca a definição e a prevenção do genocídio torna-se irrelevante, como uma série de autores propuseram: há bastante evidência do sofrimento e das mortes de um número substancial de pessoas para definir o evento como o genocídio, independente destes fatos se conformam ou às intenções centrais (Charny 1994). Wallimann e Dobkowski (1987), além disso, lembram-nos de como, em organizações sociais altamente burocratizadas e anônimas, se torna quase impossível encontrar instituições que estructurem intencionalidade e políticas.

Mais do que procurar por intenções, nós devemos reconhecer que em um contexto definido por hierarquias raciais e pela supremacia branca, políticas aparentemente neutras se tornam necessariamente moldadas pela ordem social hegemônica. Os conceitos de violência simbólica e do *continuum* genocida permitem a compreensão do genocídio como parte de uma constelação de fenômenos que variam desde as formas diárias de discriminação particularizada à marginalização estrutural (segregação residencial, desemprego, acesso barrado ao crédito), à morte historicamente persistente daqueles julgados menos do que o ser humano, às políticas globais conectadas ao Estado e ao conhecimento cultural (Rinanto, 2001). Se nós devíamos desviar nossa atenção à busca para intenções, ou se nós não adotamos uma perspectiva sistemática e crescente no genocídio, tais fenômenos pareceriam díspares no espaço, no tempo, e na natureza, e não haveria nenhum genocídio a ser esclarecido.

Os programas de Contra-Inteligência da Agência Federal de Investigação, que explicitamente apontaram organizadores negros e índios para serem eliminados (Churchill e Vander Wall, 1990) e a cumplicidade do governo na “epidemia do *crack*” (Webb, 1999), entre outros fatos bem documentados, são somente algumas das faces mais visíveis de um sistema que trabalha desvalorizando as vidas dos não brancos e perseguindo suas organizações autônomas e legítimas como ameaças. Não há nenhum espaço para desarticulação nestes assuntos. O fato inegável é que os negros estão morrendo, estão sofrendo, sendo encarcerados e monitorados em números inauditos. A maioria destes processos ocorre nas comunidades segregadas, invisíveis e isolados à grande maioria dos brancos.

A comparação de mortes prematuras entre brancos e afro-americanos nos dá uma imagem bem definida da dimensão do genocídio antinegro. Nos últimos trinta anos, as mortes prematuras – doença, homicídio, acidente e suicídio, gravidez e as relacionadas ao nascimento de crianças – entre negros são estimadas em 2.368.530. Considere que se os brancos tivessem experienciado a taxa de mortalidade dos negros pelas mesmas causas, no mesmo período haveriam ocorrido 19.427.250 mortes prematuras entre brancos (Johnson e Leighton, 1995).

Por que o silêncio sobre as condições da experiência negra? Tal silêncio existiria se os brancos tivessem de suportar o que pretos experimentam? Haveria tal indiferença se os jovens brancos fossem mortos na taxa que os jovens negros o são? Haveria tantas leis criminais, tanta sustentação para elas, e tantas novas prisões se os brancos fossem os principais objetos de tais políticas e empreendimentos corporativos? Por que somos tão pouco dispostos a unir os fatos e reconhecer que as mortes prematuras, combinadas com o encarceramento maciço e suas consequências colaterais – famílias desmembradas, desemprego crônico, deterioração da vizinhança e falta generalizada de perspectiva – especialmente para os negros mais desfavorecidos, estão conduzindo à destruição física e espiritual deste grupo racial? Haveria tal inércia se fossem os brancos submetidos a tais processos?

GENOCÍDIO NEGRO NO BRASIL: UMA SINOPSE

Abdias do Nascimento (1989) utilizou o conceito do genocídio em seu *Brazil: Mixture or Massacre: essays in the Genocide of a Black People* [Brasil: Mistura ou massacre: ensaios sobre genocídio de pessoas negras]. Neste livro, como em suas peças, pinturas e discursos públicos, Nascimento denuncia, de um lado, a farsa da democracia racial brasileira e, do outro, os efeitos materiais e psicológicos do racismo antinegro traduzidos no desemprego, na educação de má qualidade e nos baixos salários, na frágil auto-estima e na morte prematura – tudo isso determinado pela raça, o que se torna evidente quando os mesmos dados são comparados aos dos brancos.

Certamente, o Brasil é um dos países mais desiguais no mundo, e sua desigualdade é marcada profundamente pela raça. O rendimento médio anual dos 20% mais ricos é de US\$ 21.134,00 (dólares estadunidenses), equivalente ao rendimento francês. É 26 vezes maior do que a renda média dos 20% mais pobres, que é de US\$ 828,00 – rendimento similar ao do Congo. Isto é, os 20% mais ricos têm 64% da renda nacional total, enquanto os 20% os mais pobres têm somente

3% da renda nacional total (INSPIR/DIEESE/AFL-CIO, 1999). Os paralelos com um país em sua maioria branco e com uma nação em sua maioria negra não são acidentais: ilustram como as desigualdades econômicas são profundamente racializadas.

Neste momento em que a Presidência de Lula está terminando seu segundo mandato, um paradoxo é evidente. Se, por um lado, o mito da democracia racial foi desafiado como nunca, por outro, as facetas ideológicas e materiais do genocídio antinegro se intensificam em dimensões incomparáveis. O Brasil nunca teve tantas organizações não governamentais negras focadas em temas como saúde, violência, mídia, cultura e política eleitoral. Nunca teve o Brasil tanta qualidade e quantidade de grupos negros de música e dança engajados, que criticam abertamente e propõe alternativas ao racismo brasileiro endêmico – Olodum e Ilê Aiyê em Salvador, Cidade Negra e Afroreggae no Rio são exemplos de um movimento vital que não se afasta da esfera pública nacional enquanto envolvidos em esforços locais antirracista. O Brasil nunca teve debate tão vigoroso sobre ação afirmativa, reparações e formas históricas de discriminação racial. Nunca teve o Brasil tantos representantes auto-identificados como afro-brasileiros eleitos nos níveis municipal, estadual e federal. Nunca teve o Brasil tantas revistas semanais dirigidas e direcionada a negros. E, tristemente parece nunca ter tido o Brasil tais níveis de brutalidade policial, de mortes e de outras formas de violência perpetradas contra os negros, especialmente em grandes cidades, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Os negros ainda são e cada vez mais se tornam as principais e desproporcionais vítimas de doenças evitáveis, da má nutrição, do desemprego, da infecção por Aids/HIV e da depressão clínica.

Consistente com a estrutura teórica de Patterson e seus colaboradores elaborada em *We Charge Genocide*, o genocídio antinegro no Brasil é multifacetado e é parte de um *continuum*. As várias dimensões do genocídio antinegros podem esquematizadas em duas dimensões – ambas são perpetradas e (pelo menos tacitamente apoiadas) pela sociedade em geral: material e ideológica.

As dimensões ideológicas do genocídio antinegros no Brasil são, a princípio, difícil de distinguir. Como eu discuti em outra parte, as relações sociais brasileiras – suas práticas e suas representações – são marcadas por uma hiperconsciência da raça. Entretanto, tal hiperconsciência, enquanto sintoma de como os brasileiros se classificam e se posicionam no mundo, é frequentemente manifestada pela negação veemente da importância da raça. Esta negação vigorosa sugere que a raça não é nem uma ferramenta analítica e moralmente válida, nem tem um papel fundamental em determinar no Brasil relações sociais, hierarquias e a distribuição de poder e de

recursos. Tente falar com brasileiros sobre pertencimentos raciais variados, locais de residência, ocupação, idade, gênero, sexualidade e níveis de instrução formal, e frequentemente você se encontrará sendo acusado de racismo (por insistir em um tema que não tenha nenhuma relevância nesse país) e/ou a conversa rapidamente mudará de assunto para algum outro distante de raça (D’Adesky, 2001; Degler, 1986 [1971]; Gilliam, 1992; Twine, 1998).

O foco na hiperconsciência/negação da dinâmica racial abre uma janela para o senso comum racial hegemônico.¹⁷ As dimensões ideológicas do genocídio antinegros no Brasil incluem ideais branqueadores de acordo com os quais os afro-brasileiros são incentivados a se identificar como brancos, separar-se dos negros e buscar com amigos, parceiros e uma autoimagem de pele mais clara. É comum em famílias não brancas ouvir das pessoas idosas que “nós precisamos purificar nosso sangue”, uma purificação que é bem compreendida como um ato de se livrar dos tantos traços negros em nossa aparência e comportamento quanto possível. A resistência em se identificar como negro, que frequentemente é acompanhada de sentimentos e declarações racistas, ocorre mesmo entre os não brancos, caso estes não sejam pessoas progressistas.

A relevância da raça, entretanto, não é restrita ao escopo da mitologia e à conversa diária sobre cor. Análises da economia política confirmam e dão uma concreta e chocante dimensão ao binário branco/não branco que informa a estrutura social brasileira: há maiores diferenças nas oportunidades durante a vida e nos resultados (emprego, educação, mortalidade infantil, susceptibilidade ao abuso da polícia, por exemplo) entre não brancos e brancos do que entre os não brancos (Kahn, 2002; Human Rights Watch/Americas, 1997; Mitchell e Wood, 1998; Telles, 1999).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996 observou que na mais rica das regiões, a Sudeste, que compreende os estados de São Paulo, de Rio de Janeiro, Minas Gerais, e de Espírito Santo, a mortalidade infantil entre os brancos foi de 25,1 por mil nascidos vivos, enquanto para os negros o número registrado foi 43,1. No país como um todo, menos de 50% dos domicílios das famílias negras possuem água de esgoto tratados. A taxa é 73,6% para os domicílios de famílias brancas. Quando aplicamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado como uma medida da qualidade de vida em uma escala 0-1, observamos que o valor do índice é 0,796 para o conjunto da população brasileira, enquanto para os afro-brasileiros é 0,573. A mortalidade infantil negra no Sudeste reflete tais desigualdades (PNAD, 1996).

As disparidades salariais confirmam a disparidade entre brancos e negros. Na região

¹⁷ Sobre senso comum e prática etnográfica, veja, por exemplo, Gordon (1998) e Twine (1998).

metropolitana de São Paulo, negros recebem em média R\$ 2,94 por dia, enquanto os brancos R\$ 5,50 (INSPIR, 1999, p. 39). Todos os dados socioeconômicos revelam que os “não brancos estão sujeitos a um ‘processo cumulativos de desvantagens’ em suas trajetórias sociais” que obstrui sua mobilidade social (Hasenbalg e Silva, 1999, p. 218). Os brancos, por outro lado, são marcadamente mais bem sucedidos em alcançar a mobilidade social ascendente. Este processo, por meio do qual negros e brancos têm distintas trajetórias de vida, é similar ao que acontece nos Estados Unidos, como evidenciado por Oliver e Shapiro (1995).

A brutalidade policial, que afeta desproporcionalmente os negros no Brasil, é outro triste dado passível de comparação com os Estados Unidos. A realidade dos afro-brasileiros, entretanto, é pior do que a dos afro-americanos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a polícia matou 900 pessoas entre janeiro e agosto de 2003. Quase 75% dessas mortes ocorreram em favelas – comunidades predominante negras (Jeter, 2003). Paul Amar (2003, p. 37-42) lembra-nos que “esta tendência, se contínua, elevaria o registro de execuções da polícia para mais de 1.500 em 2003 somente no estado do Rio, quase aproximando o Rio de Bagdá, para além do escopo das metáforas da mídia, quando a capital iraquiana registrou em torno de 1.700 fatalidades civis durante a guerra daquele ano [da ocupação]”. Em um mês, a polícia do Rio mata mais de 2,5 vezes mais pessoas do que o Departamento de Polícia de Nova York mata em um ano inteiro (Human Rights Watch/Americas, 1997). Exemplos ubíquos da má conduta policial (Cano, 1997 e Paixão, 1995) são parte de um emblemático e persistente padrão do racismo antinegros difundido que permeia a sociedade brasileira (Mitchell e Wood, 1998).

GENOCÍDIO OU LIBERTAÇÃO: O IMPERATIVO DA REVOLTA NA DIÁSPORA NEGRA

A supremacia branca e o racismo antinegros são genocidas. Complementando suas mais óbvias manifestações finais, a supremacia branca e o racismo antinegros trabalham igualmente com o silêncio, a inércia e a ignorância. Tanto a supremacia branca quanto o racismo antinegros acontecem por causa do que nós e os outros fazemos, assim como pelo que não fazemos. Consequentemente, o silêncio, a inércia e a ignorância são tão genocidas quanto os pensamentos e ações mais evidentemente racistas.

O que deve ser feito? Uma etapa crucial na luta organizada contra o racismo antinegros no Brasil é denunciar o genocídio histórico e em curso contra as pessoas de ascendência africana. O

genocídio que está ocorrendo não somente por meio dos ideais branqueadores hegemônicos, mas por meio dos quais as pessoas negras são incentivadas se parecer e buscar parceiros de pele clara (Nascimento, 1989), mas também de forma mais direta, causando a morte física, espiritual e civil dos membros da Diáspora Negra nas Américas por meio de múltiplas formas de marginalização.

Em um período de recrudescentes opiniões públicas e campanhas políticas contra as ações afirmativas tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil; em um período de crescente institucionalização das classificações de “mestiços” (cujos os resultados são a diluição óbvia do peso político já frágil da população negra), há uma necessidade do investimento em agendas de pesquisa e agendas políticas comprometidas. Tal compromisso se materializa bem nas alianças políticas em curso entre negros dos Estados Unidos, membros de organizações locais de bases em Los Angeles e ativistas afro-brasileiros no Rio de Janeiro. A luta contra a brutalidade policial, a violência do comércio de drogas e a uma gama de problemas de saúde que afetam negros, especialmente mulheres, da diáspora constitui a agenda em torno da qual corajosos e vibrantes esforços transnacionais se opõem e constroem alternativas ao *continuum* de genocídios.

Os desdobramentos da aliança estabelecida em 1993 servem tanto como modelo para lutas quanto para lembrar-nos que tais iniciativas transnacionais podem ter impacto eficaz e duradouro. Deixe-me brevemente comentar alguns dos resultados de tais alianças.

A fundação do Centro Zinzun no bairro do Jacarezinho, em 2001, tão breve e combativo como era, colocou em prática uma série de estratégias que vão além dessa experiência particular. Primeiro, e talvez mais importante, o Centro Zinzun foi uma clara indicação do fato de que os militantes do Jacarezinho não estavam sozinhos em sua luta contra a brutalidade policial e pela justiça social. Segundo, o centro Zinzun passou a adotar muitas táticas CAPA para documentar os casos de abusos cometidos pela polícia, fornecendo o auxílio jurídico às vítimas de má conduta policial e, igualmente importante, transformando tais argumentos em catalisadores da mobilização popular. Enquanto foi praticado em Los Angeles pelo menos desde 1975, ano em que o Capa foi fundado, os vários exemplos da má conduta policial no Jacarezinho serviram como pontos de partida para organização de pessoas contra a injusta aplicação da lei e de vários problemas sociais e econômicos que afetavam a favela.¹⁸ A terceira estratégia que diz respeito à inauguração do Centro

¹⁸ É intrigante que, embora 76% das pessoas pesquisadas no Rio e em São Paulo acreditam que policiais participam de esquadrões da morte (Direitos Humanos Watch/Americas, 1997). Existe pouco, ou nenhum, apoio para organizações e eventos que protestam contra a brutalidade policial que não seja das favelas. Uma conclusão possível que pode ser desenhada a partir deste contexto é que, enquanto existe reconhecimento da brutalidade da polícia, também há uma ciência de que toda essa brutalidade é necessária, vital apoio das hierarquias social e racial.

de Zinzun era chamar a atenção dos meios de comunicação para a nova administração no bairro do Jacarezinho. A tática é contraditória porque, mesmo que a exposição pública pudesse aumentar o risco para seus homicídios, esta também poderia gerar futuros ressentimentos e uma resolução daqueles que são ameaçados pela agenda dos ativistas. Ainda, os diálogos com os organizadores dos Estados Unidos que adotaram as redes de comunicação de massas como uma arena necessária à luta, assim como a experiência precedente no Rio, convenceu ativistas do Jacarezinho a procurar a mídia. Assim, quando os ativistas anunciaram a inauguração do Centro de Zinzun, o evento foi relatado na maioria dos jornais locais e dos principais canais de televisão, e conseguiu até mesmo ser notícia no principal jornal diário de São Paulo, a *Folha de S.Paulo*.¹⁹

Todos esses elementos indicam como as alianças internacionais constituem um aspecto fundamental à luta da favela, fornecendo um horizonte ideológico e prático expandido em suas possibilidades. Os adversários do movimento da favela são poderosos e fatais. Os efeitos simbólicos e práticos que as alianças com antigos membros dos Panteras Negras e de gangues de Los Angeles – que trabalham para manter a paz – têm sobre polícia local, entre políticos e os traficantes de drogas, não devem ser subestimados. Em virtude de sua conhecida história de políticas de confrontação à aplicação de lei, particularmente, em instituições opressivas em geral, os militantes da Capa e do CSGT fornecem aos brasileiros uma tática eficaz na medida em que personificam uma tradição que provou ser eficaz na luta contra formas institucionalizados de poder.

Também é relevante apontar que as alianças com os ativistas negros progressistas dos Estados Unidos funcionam para difundir as acusações comuns de envolvimento no comércio de droga feitas contra os representantes da favela. Estas acusações transformaram-se num teste padrão desde o final da ditadura. Considerando que durante a repressão militar, as comunidades politizadas e seus líderes foram rotulados como comunistas – e assim, da perspectiva do aparato do Estado, justificavam que estes fossem molestados, encarcerados e mortos. Nos anos de 1980, os representantes das favelas que não aceitavam automaticamente às diretrizes oficiais do partido e os discursos eram frequentemente demitidos acusados de serem porta-vozes para traficantes de drogas. A ironia é que mesmo os partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores, com alguns de

¹⁹ Um jornal popular no Rio dedicou uma página inteira sobre o trabalho da associação de moradores do Jacarezinho em uma edição de domingo. Salvo focar na tentativa de Rumba de frear a brutalidade policial defendendo a instalação de portões e câmeras em alguns acessos ao Jacarezinho, o artigo enfatiza a colaboração em andamento entre membros do Partido dos Panteras Negras e os organizadores da comunidade do Jacarezinho (Braga, 2001, p. 4). O principal jornal do estado de São Paulo também deu uma página inteira ao trabalho de Rumba (Petry, 2001, p. C1).

seus membros no Rio, foram rápidos em condenar os esforços da Associação de Moradores do Jacarezinho para limitar a brutalidade policial nestes mesmos termos. Em razão do fato de as mulheres e homens que trabalhavam na favela dialogarem com os membros de gangues de Los Angeles que estabeleceram a paz em 1992, eles puderam se esquivar de acusações na participação do tráfico de drogas, reforçando seu compromisso de construir a paz entre as diferentes facções que atuavam no comércio de drogas.

O Centro Zinzun teve uma existência breve. Uma combinação de eventos – a perseguição dos ativistas pelas polícias civil e militar local, a cobertura de imprensa negativa e a competição de interesses na comunidade²⁰ – contribuíram para o fim desta experiência. Contudo, o centro pode ser considerado como a materialização de uma visão radical, de uma utopia revolucionária. Embora os objetivos práticos da iniciativa não devam ser ignorados, se vamos continuar a luta de forma a procurar o que ainda vai ser descoberto, de forma a entendermos os erros como a incubação de lições e inspiração, então, devemos equilibrar nossa incontestável necessidade pelos pragmáticos, concretos e objetivos resultados como um compromisso ao experimental, à necessidade de continuar com esforços contra o genocídio antinegro que reconhece nossa vulnerabilidade e, no entanto, faz dessa condição a base criativa de onde a libertação e a transformação podem germinar.

As batalhas, entretanto, não são somente contra as instituições hegemônicas, branco-dominadas que exercitam seu domínio histórico. Tão urgentes quanto são os conflitos entre distintos grupos sociais negros que igualmente definem a natureza e a eficácia com a qual o genocídio acontece ou é combatido. Ou seja, as estratégias de sobrevivência individual e os programas políticos defendidos por organizações comunitárias negras progressistas são tanto contra as formas institucionalizadas quanto cotidianas do racismo originadas no sistema político mais amplo, quanto eles são um reflexo das divisões internas entre negros na Diáspora. O que equivale a dizer: Nós somos igualmente responsáveis pelo nosso genocídio, seja porque assistimos de forma passiva seu desenrolar, seja porque concordamos com as racionalizações para a miséria e morte do nosso povo, ou porque, apesar de tudo, nós somos tão profundamente colonizados que nós somos tão dependentes da hierarquia, nacionalistas, opressivos e conseqüentemente quanto indiferente, como nossos piores opressores. As pessoas e as organizações responsáveis e que buscam a liberdade, sobre cujas vidas nós precisamos aprender, estão desafiando todas as facetas do genocídio – elas não têm nenhuma escolha senão resistir, imaginar e trabalhar para um mundo melhor.

²⁰Ver Vargas (2003, 2006), onde explico em detalhes os eventos que levaram a formação e ao término do centro Zinzun.

Para imaginar este mundo melhor, nós precisamos primeiramente destruir nossas arquiteturas institucionais e culturais atuais. Se o genocídio antinegro está no cerne da autocompreensão de nossa sociedade, se está no cerne do significado de nossos padrões éticos e, certamente, é a fundação dos sistemas políticos modernos nas Américas, especialmente aqueles com um passado nas economias escravistas, dependentes da exploração e da desumanização máximas de trabalhadores africanos, então são as próprias relações de poder e os instrumentos cognitivos que sustentam nossos sistemas políticos que precisam ser desconstruídos. Enquanto o genocídio antinegros está no centro das fundações da nossa sociedade, este também está no núcleo de nossa cognição – nós damos sentido e buscamos a boa sociedade, muitas vezes inintencionalmente, de acordo com as frequentes e silenciosas expectativas de que os negros não são inteiramente seres humanos e conseqüentemente não são dignos da completa inclusão nesta sociedade. Nós somente superaremos isso quando e se nossa sociedade, nossas coletividades e nossas subjetividades forem radicalmente nos livrando das premissas que exigem, perpetuam e também nos dessensibilizam quanto às manifestações do genocídio antinegros. Tal transformação radical é revolução.

Tão ubíquo e persistente como o genocídio antinegros é a manifestação de nossa dependência aprendida nas classificações sociais que são imanentemente hierárquicas e, portanto, excludentes. Da mesma maneira que nós somos seres hierárquicos, nós somos cúmplices no genocídio antinegros; da mesma maneira que o genocídio antinegros exige a exclusão e a dessensibilização às origens e às conseqüências de tal exclusão, também o fazem as noções hegemônicas de pertencimento que se baseiam nas noções e nos conceitos de nação, classe social, gênero, sexualidade, idade, lugar de residência, para nomear apenas alguns. Reconhecer e combater o genocídio antinegros significa reconhecer e combater as várias formas de opressão fundadora baseada nas quais nossas sociedades existem. Reconhecer e combater o genocídio antinegro aponta a impossibilidade da existência negra como a condição de possibilidade das nossas subjetividades e sistemas políticos atuais. Se, para citar Audre Lorde, nós não fomos destinados a sobreviver,²¹ então devemos destruir as circunstâncias sob as quais a indicação continua a ser verdadeira, e inventamos realidades alternativas de modo que possamos sobreviver.

As alianças supranacionais na diáspora negra fornecem contra-narrativas – conhecimento crítico, estratégias políticas pragmáticas, geografias ampliadas do reconhecimento e reflexões

²¹ A *Litany For Survival*, originalmente publicado em *The Black Unicorn* (1978), republicado em *The Collected Poems of Audre Lorde* (1997, p. 255-256).

visionárias – que são tão cruciais aos movimentos de libertação como são à sobrevivência das comunidades sob o cerco permanente. Estas alianças geram, pelo menos, uma sensação de segurança diaspórica, uma estabilidade e confiança que não podem ser alcançadas de outra maneira. Fazendo a idéia de Diáspora Negra funcionar, estas alianças lidam com o genocídio e tentam superá-lo; igualmente personificam, na teoria e na prática da revolta, uma perspectiva em nossa humanidade que não é dependente das hierarquias, nem das exclusões. Se a perspectiva descentralizada da Diáspora Negra dos Estados Unidos pode ser compartilhada e tornar-se fundadora não é apenas uma questão de luta política: isso se baseia no mesmo cerne de que tipo de seres sociais nós devemos nos transformar e o tipo de modo de vida que se deve construir para se opor às geografias atuais da morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, M. Jacqui. *Pedagogies of Crossing: Meditations on Feminism, Sexual Politics, Memory, and the Sacred*. Durham: Duke University Press, 2006.

AMAR, Paul. Reform in Rio: Reconsidering the Myths of Crime and Violence. *NACLA Report on the Americas*, v. 37, n. 2, 2003, p. 37-42.

ANDERSON, Carol. *Eyes Off the Prize: The United Nations and the African American Struggle for Human Rights*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BARLOW, Andrew. *Between Fear and Hope: Globalization and Race in the United States*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

BRAGA, Élcio. Favela Trancada a Cadeado. *O Dia*, 8 de julho de 2001, p. 4.

BRAMAN, Donald. Families and Incarceration. In MAUER, Marc e CHESNEY-LIND, Meda (eds.). *Invisible Punishment: The Collateral Consequences of Mass Imprisonment*. Nova York: The New Press, 2002.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CARNEIRO, Ricardo. *A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CHARNY, Israel. Toward a Generic Definition of Genocide. In: ANDREOPOULOS, George (ed.) *Genocide: Conceptual and Historical Dimensions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.

CHESNEY-LIND, Meda. Imprisoning Women: The Unintended Victims of Mass Imprisonment, In:

- MAUER, Marc e CHESNEY-LIND, Meda Chesney-Lind, eds *Invisible Punishment: The Collateral Consequences of Mass Imprisonment*,. New York: The New Press. 2000
- Churchill, Ward e WALL, Jim Vander. *Agents of Repression: the FBI's Secret Wars Against the Black Panther Party and the American Indian Movement*. Boston: South End Press, 1990.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAVIS, Angela. *Are Prisons Obsolete?* Nova York: Seven Stories Press, 2003.
- Davis, Mike. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. Nova York: Vintage, 1992.
- DEGLER, Carl. *Neither Black nor white: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986 [1971].
- Donziger, S. (ed.). *The Real War on Crime*. Nova York: HarperCollins, 1996.
- FEIN, Helen. *Genocide: A Sociological Perspective*. Londres: Sage, 1993.
- GILLIAM, Angela. From Roxbury to Rio – and back in a hurry. In: HELWIG, D. (ed). *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- GILMORE, Ruth W. Globalisation and U.S. prison growth: from military Keynesianism to post-Keynesian militarism. *Race and Class*, v. 40, n. 2-3, 1998-1999, p. 171-188.
- GILROY, Paul. *The black Atlantic: Modernity and double consciousness*. Verso Books, 1993.
- GOFF, Phillip; EBERHARD, J.; Williams, M.; JACKSON, M. C.. Not Yet Human: Implicit Knowledge, Historical Dehumanization, and Contemporary Consequences. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 94, n. 2, 2008, p. 292-306.
- GOIS, Chico de. Lula diz que crise é causada por “gente branca de olhos azuis”. *O Globo*, 26 de março de 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/26/lula-diz-que-crise-causada-por-gente-branca-de-olhos-azuis-755003398.asp>. Acessado em: julho de 2010.
- GORDON, Edmund. *Disparate Diasporas: Identity and Politics in an African-Nicaraguan Community*. Austin: University of Texas Press, 1998.
- GORDON, E. e ANDERSON, M. The African Diaspora: Toward an Ethnography of Diasporic Identification. *The Journal of American Folklore*, v. 112, n. 445, 1999 (Theorizing the Hybrid), p. 282-296.
- HARRISON, Faye V. Global Apartheid, Foreign Policy, and Human Rights. *Souls*, v. 4, n. 3, 2002, p. 48-68.
- HASENBALG, Carlos e SILVA, Néelson do Valle e. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional

no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. Lima (eds.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

HORNE, Gerald. *Communist Front? The Civil Rights Congress, 1946-1956*. Rutherford, NJ: Associated University Presses, 1988.

HUMAN RIGHTS WATCH/AMERICAS. *Police Brutality in Urban Brazil*. Nova York: Human Rights Watch, 1997.

HUNTER, Wendy e POWER, Timothy J. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n.1, p. 1-30.

IBGE. *Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios*. Brasil: IBGE, 1996.

INSPIR/DIEESE/AFL-CIO. *Mapa da população negra no mercado de trabalho*. São Paulo: Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, 1999.

JAMES, Joy. *Resisting State Violence: Radicalism, Gender, and Race in U.S. Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

JETER, Jon. *Death Squads Feed Terror in Rio Slums*, *Seattle Times*, 27 de outubro de 2003.

JOHNSON, Robert e LEIGHTON, Paul. Black Genocide? Preliminary thoughts on the Plight of America's Poor Black Men. *Journal of African Men*, v. 1, n. 2, 1995.

KAHN, Tulio.. *Velha e nova polícia: Polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual*. São Paulo: Editora Sicurezza, 2002.

KUPER, Leo. Theoretical Issues Relating to Genocide: Uses and Abuses, In: ANDREOPOULOS, G. (ed.). *Genocide: Conceptual and Historical Dimensions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.

KURSHAN, N. Behind the Walls: The History and Current Reality of Women's imprisonment. In: ROSENBLATT, E. (ed.). *Criminal Injustice*. Boston: South End Press, 1996.

LEVOY, Jill. The Untold Agony of Black-on-Black Murder. *Los Angeles Times*, 26 de janeiro de 2003.

LIPSITZ, George. *The Possessive Investment in Whiteness: How White People Profit from Identity Politics*. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

LORDE, Audre. A Litany For Survival. In: LORDE, Audre. *The Collected Poems of Audre Lorde*. Nova York: W.W.Norton: 1997, p. 255-256.

MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia Barcellos (orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARABLE, Manning. *How Capitalism Underdeveloped Black America*. Cambridge, MA: South End Press. 2000 [1983].

MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, n. 15, n. 1, 2003, p. 11-40.

MITCHELL, Michael e WOOD, Charles. Ironies of citizenship: skin color, police brutality, and the challenge to democracy in Brazil. *Social Forces*, v. 77, n. 3, 1998, p. 1001-1020.

NASCIMENTO, Abdias do. *Brazil: Mixture or Massacre?* Dover: The Majority Press, 1989.

OLIVEIRA, Flávia. Desigualdade Morro Acima. *O Globo*, 10 de maio de 2004. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/online/default.asp>. Acessado em: julho de 2010.

OLIVER, Melvin e SHAPIRO, Thomas. *Black Wealth/White Wealth: a New Perspective on Racial Inequality*. Nova York: Routledge, 1995.

OMI, Michael e WINANT, Howard. *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s*. London: Routledge, 1994.

PAIXÃO, Luiz Antonio. O Problema da Polícia. *Violência e Participação Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos n. 91, 1995.

PATTERSON, William *et alii*. *We Charge Geonocide: The Historic Petition to the United Nations for Relief from a Crime of the United States Government Against the Negro People*. Nova York: Civil Rights Congress, 1951.

PATTERSON, Tiffany Ruby e KELLEY, Robin D. G. Unfinished Migrations: Reflections on the African Diaspora and the Making of the Modern World. *African Studies Review*, v. 43, n. 1, Special Issue on the Diaspora, abril de 2000, p. 11-45.

PETRY, Sabrina. Morro Carioca cria condomínio-favela. *Folha de S. Paulo*, 25 de julho de 2001, p. C1.

POCHMANN, Marcio. Gasto Social e distribuição de renda no Brasil, *Jornal da Unicamp*, maio de 2005, p. 2.

ROBERTS, Dorothy. *Killing the Black Body: Race, Reproduction, and the Meaning of Liberty*. Nova York: Vintage. 1997.

ROBINSON, Centric. *Black Marxism: the making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

TELLES, Edward E. *Race in Another America: The significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

_____. Ethnic boundaries and political mobilization among African Brazilians: Comparisons with the U.S. case. In: HANCHARD, M. (ed.). *Racial Politics in Contemporary Brazil*. Durham: Duke University Press, 1999

TWINE, France Winddance. *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

TYSON, Timothy. *Radio Free Dixie: Robert F. Williams and the Roots of Black Power*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

VARGAS, J. H. C. When a Favela Dared to Become a Gated Condominium: The Politics of Race and Urban Space in Rio de Janeiro. *Latin American Perspectives*, v. 33, n. 4, p. 49-81.

_____. Hyperconsciousness of race and its negation: the dialectic of white supremacy in Brazil. *Identities*, n. 11, 2004, p. 443-470.

_____. The Inner City and the Favela: Transnational Black Politics. *Race & Class*, v. 44, n. 4, 2003, p. 19-40.

WADE, Peter. *Blackness and Race Mixture: The Dynamics of Racial Identity in Colombia*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.

WALCOTT, R. Post-civil rights music; or why hip hop is dominant. *Action, Criticism, and Theory for Music Education*, v. 4, n. 3, setembro de 2005.

WALLIMANN, Isidor e DOBKOWSKI, Michael (eds.). *Genocide and the Modern Age: Etiology and Case Studies of Mass Death*. Nova York: Greenwood, 1987.

WARD CHURCHILL. *A Little Matter of Genocide: Holocaust and Denial in the Americas – 1492 to the present*. San Francisco: City Lights Books, 1997.

WEBB, Garry. *Dark Alliance: The CIA, the Contras, and the Crack Cocaine Explosion*. Nova York: Seven Stories Press, 1999

WERNECK, Jurema. Of Ialodês and Feminists: Reflections on Black Women's Political Action in Latin America and the Caribbean, *Cultural Dynamics*, v. 19, n. 1, 2007, p. 99-114.

WINANT, Howard. *The World is a Ghetto: Race and Democracy Since World War II*. Nova York: Basic Books, 2001.

YELVINGTON, Kevin. 2001. The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions. *Annual Review of Anthropology*, n. 30, p. 227-260.